

PR mandato ANC pag. 5

Aureliano faz apelo à conciliação e defende 4 ou 5 anos para Sarney

11 ABR 1987

O GLOBO

Foto de Sérgio Marques

O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, apelou ontem a todos os constituintes para que votem o mais rápido possível a nova Constituição do País, segundo ele "a única forma capaz de garantir as instituições democráticas e afastar a possibilidade do retrocesso político".

O Ministro disse também que é favorável a primeiro se fixar o sistema de Governo a ser adotado no País, para depois discutir a duração do mandato do Presidente da República. Pessoalmente, porém, ele revelou que prefere quatro ou cinco anos para o Presidente Sarney, lembrando que, para Tancredo Neves, todos haviam se posicionado em quatro anos.

Na palestra que fez aos jornalistas do Comitê de Imprensa do Senado, inaugurando o ciclo de debates sobre temas nacionais, o Ministro afirmou que não será possível para os constituintes aprofundar qualquer tema enquanto estiverem atormentados pelos embates políticos.

Segundo Aureliano, os constituintes precisam de tranquilidade para dotar o País de um texto constitucional capaz de garantir que os embates políticos não comprometerão a estabilidade democrática.

— Democracia é um esforço diário. Precisamos de um oásis de estabilidade e conciliação para refrescar a cabeça e hidratar o organismo. O Brasil vem dando uma fantástica de-



Aureliano fala a jornalistas: 'Nova Carta é garantia contra o retrocesso'

monstração de busca democrática. Um pouco de conciliação, neste momento, não fará mal a ninguém. Fora desta fórmula, só existe o confronto.

Aureliano afirmou que conciliar não é abdicar de idéias e posições, mas a capacidade de compreender que é preciso abrir clareiras para que o diálogo, nesta Constituinte, não se dê entre surdos.

— Quando decidimos caminhar com Tancredo Neves, passamos o mata-borrão no passado, em busca da vida democrática, minimizando lembranças de divergências, com o

objetivo de construir o futuro. Podemos até divergir neste futuro. Mas as bases das instituições sólidas, que permitirão esta discussão, terão que ser construídas pelo entendimento. Se antes de votar o texto os constituintes se perderem em discussões de teses indutoras de acirramento de ânimos, dificilmente alcançaremos o objetivo maior: a democracia plena.

Sobre a reivindicação dos Governadores por uma reforma ministerial ampla, disse o Ministro que não descarta essa possibilidade.

Subcomissões esperam a definição de entidades para marcar audiências

BRASÍLIA — As subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte precisam, para definir o seu cronograma de trabalho, saber quais entidades representativas da sociedade civil estão interessadas em participar das audiências públicas previstas pelo Regimento Interno. Por enquanto, estão marcadas duas audiências: uma na Comissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, na próxima terça-feira, para ouvir o Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhaes; e outra na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, no próximo dia 23, para ouvir a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy.

Apesar da espera de contatos por parte de entidades representativas da sociedade civil, a maioria das subcomissões já tem cronograma estabelecido para as audiências públicas. Um exemplo é a Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte. O seu Presidente, Hermes Zanetti (PMDB RS), pretende deixar os

dias 23, 28, 29 e 30 deste mês para debates sobre Educação. O dia 5 de maio será destinado à Cultura, e no dia seguinte haverá uma palestra sobre Cultura e Turismo. No dia 7 será a vez de Turismo e Esporte. A última audiência, no dia 8, versará sobre Esporte e Lazer.

Hermes Zanetti informou que já entrou em contato com o Ministro da Cultura, Celso Furtado, e com o Presidente do Forum de Secretários da Cultura, o compositor Capinam. Disse que ambos mostraram interesse em levar para a Subcomissão os seus pontos de vista sobre os principais problemas por ela debatidos.

Enquanto não define os dias das audiências públicas, a Subcomissão de Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias, pelo menos já decidiu que irá realizá-las nos Estados. O primeiro dia previsto seria 21 de abril. Mas, antes disso, ela pretende reunir-se na próxima terça-feira, às 10 horas da manhã, para definir a possibilidade de reeleição dos ocupantes de cargos do Poder Executivo.

ANC 88
Pasta 08 a 15
Abril/87
061